

PANORAMA DOS ÓBITOS POR SUICÍDIO OCORRIDOS NA POPULAÇÃO ESTUDANTIL EM MINAS GERAIS ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2025

Lucas Rafael dos Santos Moura¹
Kathylen Maria Soares Chaves²
Cintia Mendes de Assis³

cintiamendes0411@gmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO:

O suicídio configura-se como um relevante problema de saúde pública, com impactos significativos entre populações vulneráveis, incluindo estudantes nas diferentes etapas da trajetória educacional. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo descrever o panorama dos óbitos por suicídio na população estudantil do estado de Minas Gerais entre 2016 e 2025. Trata-se de uma pesquisa epidemiológica, transversal, retrospectiva, descritiva e de abordagem quantitativa, realizada por meio da análise de dados secundários extraídos do Painel Epidemiológico de Óbitos por Suicídio da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, referente aos óbitos por suicídio. Foram consideradas variáveis sociodemográficas relacionadas à população estudantil, incluindo as variáveis sexo e faixa etária. Os resultados identificaram 990 registros no período analisado e demonstraram um comportamento oscilatório ao longo da série histórica, com tendência de redução nos anos mais recentes. Observou-se maior concentração de casos entre estudantes com idade de até 19 anos, além de predominância no sexo masculino. Os achados sugerem que o sofrimento psíquico e os desfechos relacionados ao suicídio não se restringem ao ensino superior, alcançando também estudantes da educação básica. Conclui-se que a prevenção do suicídio no contexto educacional requer ações contínuas e intersetoriais voltadas ao acolhimento, à identificação precoce do sofrimento emocional e ao fortalecimento das redes de apoio psicossocial, favorecendo a preservação da vida e o desenvolvimento de estratégias preventivas mais eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: suicídio; questões sociais; óbitos; estudantes; saúde mental.

1 INTRODUÇÃO

A morte é um fenômeno inerente à condição humana, presente em diferentes épocas e culturas e frequentemente objeto de reflexão científica. Nesse contexto, o suicídio destaca-se como um fenômeno complexo, cuja compreensão evoluiu ao

¹ Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

³ Psicóloga e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

longo do tempo, evoluindo de uma percepção associada à liberdade individual para um importante problema de saúde pública na contemporaneidade (Bertolote, 2012; Pereira, 2012). Globalmente, segundo Araújo e Bicalho (2012), a Organização Mundial da Saúde aponta que mais de 700 mil pessoas morrem por suicídio anualmente, evidenciando a magnitude do problema e sua relevância para diferentes áreas do conhecimento (Araújo; Bicalho, 2012).

Apesar de sua expressividade, o suicídio ainda é cercado por tabus e estigmas, que dificultam a busca por ajuda e a implementação de estratégias eficazes de prevenção (Pereira, 2012; Silva *et al.*, 2020). Nesse cenário, a população estudantil destaca-se como um grupo vulnerável, uma vez que tanto a vivência no ambiente escolar da educação básica quanto a transição para o ensino superior envolvem desafios como a pressão por desempenho, a busca por identidade e o enfraquecimento de redes de apoio (Sunde *et al.*, 2022). Esses fatores podem intensificar o sofrimento psíquico e aumentar o risco de comportamentos autodestrutivos.

No contexto brasileiro, o país figura entre aqueles com elevados números absolutos de suicídio, sendo a população jovem, especialmente entre 15 e 35 anos, uma das mais afetadas (Teixeira *et al.*, 2018; Gomes *et al.*, 2020). Estudos com estudantes evidenciam a presença significativa de ideação suicida, planos e pensamentos recorrentes sobre a morte, indicando a gravidade do problema no ambiente educacional (Gomes *et al.*, 2020). Dessa forma, torna-se fundamental compreender o perfil epidemiológico desses óbitos, considerando as especificidades desse grupo.

Diante disso, a presente pesquisa é orientada pela seguinte questão norteadora: Qual o panorama dos óbitos por suicídio ocorridos na população estudantil em Minas Gerais entre os anos de 2016 e 2025? Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral descrever o panorama dessas ocorrências no referido recorte temporal. A relevância da pesquisa consolida-se na produção de dados regionais capazes de auxiliar na formulação de estratégias de prevenção e no fortalecimento das redes de apoio psicossocial. Espera-se que os resultados subsidiem ações mais eficazes no enfrentamento do suicídio no contexto acadêmico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão do suicídio exige uma análise que ultrapasse perspectivas exclusivamente individuais ou biomédicas, considerando sua relação com fatores históricos, sociais, culturais e psicológicos. Ao longo do tempo, a percepção social acerca do suicídio sofreu profundas transformações, variando entre interpretações religiosas, morais e científicas (Peters, 2020).

Na contemporaneidade, o fenômeno passou a ser reconhecido como importante problema de saúde pública, associado a múltiplos determinantes que envolvem desigualdade social, fragilidade das relações interpessoais, sofrimento psíquico e dificuldades de acesso ao suporte emocional. Fatores socioeconômicos, como desemprego, instabilidade financeira e exclusão social, exercem influência significativa sobre os índices de suicídio, demonstrando que o fenômeno está diretamente relacionado às condições de vida e ao contexto social dos indivíduos (Loureiro *et al.*, 2010). Nesse cenário, a Organização Mundial da Saúde estima centenas de milhares de mortes anuais por suicídio em todo o mundo, destacando a gravidade do problema em escala global, especialmente entre jovens e adultos jovens (WHO, 2025).

O comportamento suicida resulta da interação entre fatores de risco e fatores protetivos, configurando-se como um fenômeno multifatorial e complexo, está associado a diversos elementos, entre os quais se destacam transtornos mentais, isolamento social, histórico de violência, abuso de substâncias psicoativas e dificuldades emocionais persistentes (Bertolote, 2012). Nesse sentido, a compreensão desse fenômeno demanda não apenas a identificação desses fatores, mas também a análise dos processos psicológicos subjacentes à sua manifestação. Entre as principais abordagens explicativas, destaca-se a Teoria Interpessoal do Suicídio, proposta por Joiner (2005), segundo a qual o desejo suicida emerge da combinação entre o pertencimento frustrado e a percepção de ser um fardo para os outros. Segundo o autor, o pertencimento frustrado refere-se ao sentimento de desconexão social e ausência de vínculos significativos, enquanto a percepção de fardo relaciona-se à crença de que a própria existência representa sofrimento ou

prejuízo às pessoas próximas. Essa formulação teórica permite compreender populações vulneráveis expostas a elevados níveis de pressão emocional e instabilidade psicossocial, como ocorre frequentemente no contexto estudantil.

A população estudantil constitui um grupo particularmente vulnerável ao sofrimento psíquico, em razão das transformações emocionais, sociais e acadêmicas inerentes à trajetória educacional, uma vez que o ingresso e a permanência em instituições de ensino frequentemente envolvem pressão por desempenho, competitividade, insegurança profissional e afastamento das redes tradicionais de apoio familiar, fatores que podem favorecer o desenvolvimento de ansiedade, depressão e ideação suicida (Sunde *et al.*, 2022).

Embora parte das pesquisas sobre comportamento suicida tenha se voltado predominantemente para estudantes universitários, os indicadores epidemiológicos demonstram a necessidade de expandir essa análise para o ambiente da educação básica, visto que o sofrimento mental agudo e os comportamentos autodestrutivos podem manifestar-se precocemente nas rotinas escolares de crianças e adolescentes (Gomes; Silva, 2020). Soma-se a isso o estigma ainda associado às questões de saúde mental, que muitas vezes dificulta a procura por ajuda especializada e contribui para o agravamento silencioso do sofrimento psíquico entre estudantes (Pereira, 2012; Silva *et al.*, 2020).

Diante dessa realidade, as políticas públicas de prevenção ao suicídio passaram a ocupar um papel central nas estratégias de promoção da saúde mental no Brasil. A criação das Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, instituídas pela Portaria nº 1.876/2006, representou um marco importante na organização das ações preventivas e no fortalecimento das redes de atenção psicossocial (Brasil, 2006).

Posteriormente, a Lei nº 13.819/2019 reforçou a necessidade de vigilância epidemiológica e de desenvolvimento de estratégias integradas de prevenção da automutilação e do suicídio (Brasil, 2019). Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação em rede entre instituições de ensino, serviços de saúde mental e políticas públicas de assistência psicossocial, visando à identificação precoce de sinais de sofrimento emocional e ao fortalecimento das estratégias de acolhimento. Assim,

encontrados.

Por utilizar dados secundários, agregados e de acesso público irrestrito, sem qualquer possibilidade de identificação individual dos participantes, a presente pesquisa dispensa apreciação ética por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelecido pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). Ademais, o estudo compromete-se com o uso ético e responsável das informações, buscando contribuir para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à prevenção do suicídio e à promoção da saúde mental no contexto estudantil.

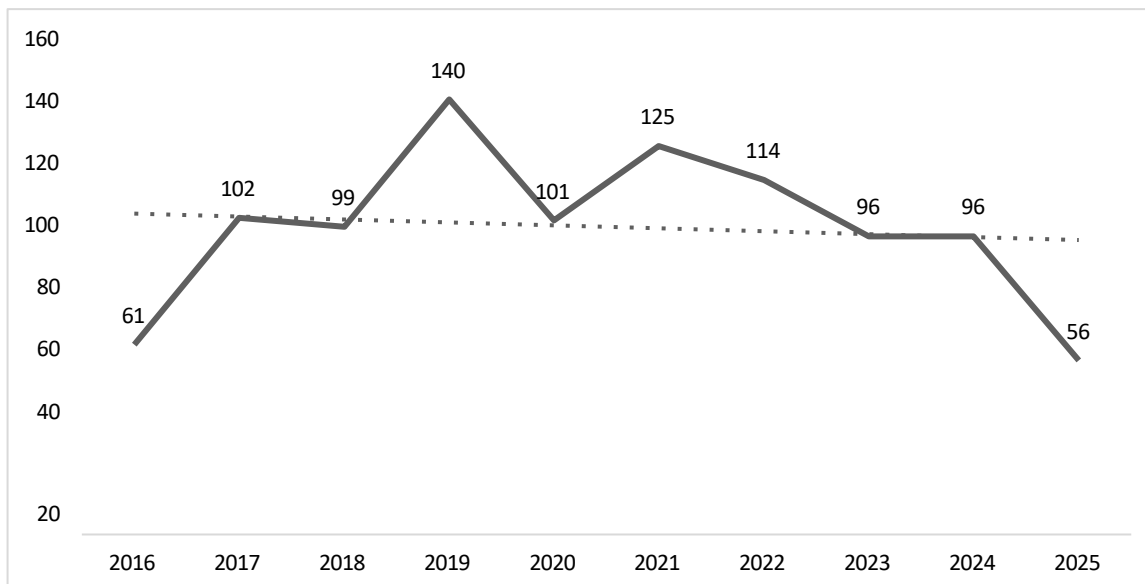
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir do levantamento epidemiológico revelam a magnitude e a tendência evolutiva dos óbitos por suicídio entre estudantes no estado de Minas Gerais. A análise dos dados secundários extraídos do painel de Business Intelligence permite compreender não apenas a dimensão quantitativa do fenômeno, mas também identificar variações cronológicas significativas que sinalizam períodos de maior vulnerabilidade psicossocial ao longo da série histórica avaliada.

A distribuição anual dos casos evidencia um comportamento oscilatório ao longo da série histórica, caracterizado por picos específicos de notificações seguidos por um declínio acentuado nos anos mais recentes. Essa flutuação cronológica demanda um olhar crítico sobre as variáveis conjunturais e as políticas de intervenção que impactaram esse público ao longo da última década.

A Tabela 1 apresenta de forma detalhada a evolução temporal dessas notificações, servindo como base para as discussões e cruzamentos sociodemográficos que serão apresentados na sequência.

Tabela 1 – Número de notificações de óbitos por suicídio entre estudantes no estado de Minas Gerais entre 2016 e 2025.



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise minuciosa da série cronológica exposta na Tabela 1 indica que a evolução dos óbitos por autolesão na população estudantil de Minas Gerais não segue uma trajetória linear única, revelando flutuações e uma importante tendência de redução nos anos mais recentes (Bertolote, 2012; Oliveira et al., 2024). O volume de notificações, que iniciou o período avaliado com 61 registros no ano de 2016, apresenta variações marcantes ao longo da década, possivelmente relacionadas a crises conjunturais externas que impactaram a saúde mental da população estudantil no Estado de Minas Gerais (Loureiro et al., 2010; Oliveira *et al.*, 2024). Esse comportamento oscilatório demonstra que o sofrimento psíquico e os casos registrados (990 casos) estão vinculados a dinâmicas estruturais específicas, demandando uma leitura cuidadosa que articule os picos temporais aos cenários de vulnerabilidade coletiva vividos pelos discentes (Gomes; Silva, 2020; Sunde *et al.*, 2022).

Nesse sentido, a instabilidade observada nos indicadores durante o meio da série histórica coincide cronologicamente com o advento da pandemia de COVID-19 e o consequente estabelecimento do isolamento social rígido, que tensionou de forma inédita o ambiente escolar e universitário, com o fechamento abrupto das instituições de ensino e a migração para o ensino remoto emergencial (Ministério da saúde, 2024; WHO, 2025). O convívio comunitário essencial de crianças, adolescentes e jovens foi

severamente impactado, gerando, sob a lente da Teoria Interpessoal do Suicídio, um quadro de pertencimento frustrado decorrente da ruptura de vínculos afetivos e institucionais (Joiner, 2005). Embora grandes crises sanitárias possam produzir inicialmente um efeito temporário de coesão social, o esgotamento psíquico e os lutos familiares acumulados contribuíram para reflexos tardios nos anos de retomada presencial, repercutindo sobre os indicadores monitorados no estado (Oliveira *et al.*, 2024).

Ademais, as oscilações anuais também podem estar relacionadas a fatores socioeconômicos e à insegurança financeira vivenciada por diferentes grupos sociais ao longo do decênio analisado, considerando que condições como desemprego, instabilidade econômica e vulnerabilidade social exercem impacto sobre a saúde mental e o sofrimento psíquico (Loureiro *et al.*, 2010). Esses fatores podem afetar de maneira distinta os diferentes segmentos da população estudantil, especialmente quando associados à escassez de políticas de permanência estudantil e de suporte psicossocial. Segundo o referencial teórico adotado, a percepção de insegurança quanto ao futuro profissional e social pode intensificar sentimentos de desesperança e vulnerabilidade emocional entre os jovens (Joiner, 2005; Silva *et al.*, 2020). Desse modo, a tendência de declínio nos anos finais da série pode sugerir tanto uma gradual adaptação pós-crise quanto a eficácia progressiva de redes de apoio psicossocial e normativas de proteção, como a Lei nº 13.819/2019, embora a persistência do fenômeno continue a exigir vigilância contínua dos gestores locais (Tavares *et al.*, 2023).

Consequentemente, verifica-se que a compreensão aprofundada dos óbitos por autolesão na população estudantil de Minas Gerais exige que a análise supere a perspectiva puramente cronológica das notificações e incorpore as especificidades demográficas e relacionadas ao desenvolvimento dos sujeitos afetados (Oliveira *et al.*, 2024; Brasil, 2024). A oscilação observada ao longo da série histórica anual sinaliza que o impacto dos estressores conjunturais, como a crise sanitária e econômica, não se distribui de maneira uniforme, sugerindo a existência de subgrupos que concentram níveis distintos de vulnerabilidade dentro do ambiente escolar da educação básica e superior (Gomes; Silva, 2020; Sunde *et al.*, 2022). Torna-se imperativo, portanto,

segmentar os dados por critérios de faixa etária e inserção institucional, uma vez que as pressões do desenvolvimento afetam os indivíduos de formas variadas (Joiner, 2005; Oliveira *et al.*, 2024). Diante da necessidade de mapear quais faixas etárias encontram-se mais expostas a esses desfechos epidemiológicos no estado, apresenta-se, na sequência, a Tabela 2.

Tabela 2 – Número de notificações de óbitos por suicídio entre estudantes no estado de Minas Gerais entre 2016 e 2025, dividido entre faixa etária.

Faixa Etária	Total de Casos (N)	Porcentagem (%)
0 a 9 anos	2	0,20
10 a 14 anos	125	12,63
15 a 19 anos	470	47,47
20 a 29 anos	343	34,65
30 a 39 anos	42	4,24
40 a 49 anos	8	0,81
Total Geral	990	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A interpretação dos indicadores demográficos apresentados na Tabela 2 revela concentração de óbitos por autolesão nas etapas que compreendem a infância, a adolescência e a transição para a juventude no estado de Minas Gerais. Embora o intervalo de 15 a 19 anos, concentre isoladamente 470 notificações (47,47%), a análise agregada dos dados permite constatar que, ao considerar todos os registros de indivíduos com idade igual ou inferior a 19 anos o que inclui as faixas de 10 a 14 anos (12,63%) e de 0 a 9 anos (0,20%), obtém-se o montante expressivo de 60,30% do total de 990 ocorrências computadas na série histórica. Essa constatação estatística é altamente significativa sob a ótica epidemiológica e reposiciona o entendimento do fenômeno, evidenciando que a maioria absoluta dos desfechos letais no estado atinge sujeitos que estão vivenciando as fases iniciais e intermediárias do desenvolvimento humano, demandando um olhar epidemiológico atento a essa parcela majoritária da população estudantil (Oliveira *et al.*, 2024; Brasil, 2024).

Diante dessa reconfiguração dos dados, faz-se imperativo corrigir uma premissa frequente na literatura e estender a discussão para além dos muros do ensino superior, integrando de forma central o contexto da educação básica nessa dinâmica de vulnerabilidade (Gomes; Silva, 2020; Sunde *et al.*, 2022). Ao evidenciar que cerca de 60% dos estudantes vitimados possuem menos de 19 anos, os resultados demonstram que o sofrimento mental agudo atinge em larga escala

crianças e adolescentes inseridos nos ensinos fundamental e médio, ou seja, dentro do ambiente escolar tradicional. Esse cenário exige a compreensão de que as pressões adaptativas e os conflitos identitários não se restringem ao contexto acadêmico universitário; pelo contrário, manifestam-se precocemente por meio de dinâmicas escolares complexas, tais como o isolamento entre pares, cobranças de desempenho escolar e vulnerabilidades familiares. À luz da Teoria Interpessoal do Suicídio, tais estressores escolares crônicos atuam como potentes indutores de pertencimento frustrado e percepção de fardo em indivíduos em pleno desenvolvimento biopsicossocial, culminando em crises psicossociais severas antes mesmo do ingresso na idade adulta (Joiner, 2005; Oliveira *et al.*, 2024).

Por fim, o mapeamento detalhado dos dados reforça que os 34,65% (343 casos) concentrados na faixa de 20 a 29 anos representam o segundo maior polo de notificações, delineando a persistência do risco na transição para o ambiente acadêmico universitário, enquanto os intervalos subsequentes dos 30 aos 49 anos apresentam um declínio progressivo e acentuado (Brasil, 2019). Essa transição epidemiológica entre o ambiente escolar e o acadêmico demonstra que as estratégias de prevenção da automutilação e do suicídio (Lei nº 13.819/2019) não podem ser pensadas de maneira estanque ou tardia. A alta prevalência nas idades mais jovens evidencia a urgência de políticas públicas preventivas intersetoriais e continuadas, que se iniciem desde a infância na escola e acompanhem o estudante até a sua formação acadêmica final, garantindo espaços permanentes de escuta qualificada, acolhimento psicopedagógico e redução drástica do estigma em todas as etapas da vida escolar (Tavares *et al.*, 2023).

Tabela 3 – Número de notificações de óbitos por suicídio entre estudantes no estado de Minas Gerais entre 2016 e 2025, segundo o sexo.

Ano	Feminino (Nº)	%	Masculino (Nº)	%
2016	15	26,32%	42	73,68%
2017	40	39,22%	62	60,78%
2018	36	36,36%	63	63,64%
2019	43	30,71%	97	69,29%
2020	38	37,62%	63	62,38%
2021	53	42,40%	72	57,60%
2022	43	37,72%	71	62,28%
2023	40	41,67%	56	58,33%

2024	42	43,75%	54	56,25%
2025	28	50,00%	28	50,00%
Total	378	38,34%	608	61,66%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados epidemiológicos apresentados na Tabela 3 evidenciam uma marcante e persistentes simetria de gênero no que tange às notificações de óbitos por autolesão na população estudantil de Minas Gerais ao longo do decênio analisado. Os indicadores revelam que o sexo masculino concentra a maioria absoluta das ocorrências consumadas, respondendo por 61,66% do montante geral, o que equivale a 608 registros cadastrados no sistema de vigilância. Em contrapartida, as notificações associadas ao sexo feminino totalizam 38,34%, representando 378 episódios no mesmo recorte temporal. Essa distribuição desigual estabelece um importante parâmetro de análise, demonstrando que, embora o sofrimento psíquico afete transversalmente o corpo discente, os desfechos letais possuem uma inclinação estatística nítida e majoritária em direção aos estudantes do sexo masculino (Oliveira *et al.*, 2024; Brasil, 2024).

Essa disparidade quantitativa observada no território mineiro reflete de maneira fidedigna uma tendência global amplamente documentada na literatura científica e frequentemente categorizada sob a denominação teórica de “paradoxo do gênero no suicídio” (WHO, 2025; Bertolote, 2012).

De acordo com os parâmetros epidemiológicos, embora as mulheres manifestem de forma mais expressiva índices elevados de ideação suicida, episódios de automutilação e tentativas de autolesão não fatais, são os homens que registram as maiores taxas de mortalidade por essa causa em decorrência da escolha de métodos que apresentam maior letalidade e menor possibilidade de intervenção ou salvamento (Gomes; Silva, 2020; Sunde *et al.*, 2022). A compreensão desse fenômeno exige o resgate de determinantes conceituais clássicos que explicam como as assimetrias comportamentais e biológicas se traduzem na consumação do ato autodestrutivo:

O suicídio consumado é significativamente mais frequente no sexo masculino, um fenômeno verificado em quase todas as partes do mundo, independentemente das variações culturais ou das condições socioeconômicas locais. Esse paradoxo se sustenta pelo fato de que a população masculina recorre historicamente a meios de extrema violência e

de alta eficácia letal em suas tentativas, o que reduz drasticamente as chances de sobrevivência ou de socorro médico imediato, diferenciando-se substancialmente do perfil de comportamento observado na população feminina (Bertolote, 2012, p. 45).

Sob o prisma sociocultural, o predomínio de óbitos entre estudantes do sexo masculino também deve ser interpretado à luz das barreiras de gênero construídas em torno da masculinidade tradicional, as quais repercutem diretamente na gestão da saúde mental no ambiente escolar e acadêmico (Tavares *et al.*, 2023). Desde as etapas iniciais da socialização, os homens são frequentemente socializados a reprimir manifestações de vulnerabilidade emocional, associando a busca por suporte à fraqueza (Tavares *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2020). No contexto educacional, essa postura resulta no isolamento social e na recusa em procurar os núcleos de apoio psicopedagógico institucionais (Silva, 2020).

Adicionalmente, os estressores escolares e as pressões por desempenho social agem de maneira distinta sobre as identidades de gênero, influenciando as estratégias de enfrentamento diante de frustrações financeiras ou afetivas (Sunde *et al.*, 2022). Conforme postulado na Teoria Interpessoal do Suicídio (Joiner, 2005), a incapacidade de verbalizar fragilidades e a consequente deterioração dos vínculos aceleram o desenvolvimento do desamparo e do pertencimento frustrado. Quando o estudante do sexo masculino se percebe incapaz de corresponder às expectativas de provedor ou de sucesso acadêmico que lhe são culturalmente imputadas, o sofrimento mental pode ser internalizado de forma drástica, potencializando os construtos cognitivos que precedem a letalidade do ato:

O desejo de encerrar a própria vida ganha contornos de execução prática no momento em que o indivíduo passa a conjugar o sentimento de desconexão social com a convicção profunda de que sua existência se tornou um peso intolerável para as pessoas que o cercam. Quando esse estado de sofrimento subjetivo é combinado com a capacidade adquirida de superar o medo intrínseco da dor e da morte frequentemente desenvolvida através da exposição repetida a experiências dolorosas ou da internalização de comportamentos violentos, o risco de um desfecho fatal atinge seu patamar mais crítico (Joiner, 2005, p. 89).

Diante da consolidação desse panorama demográfico e temporal que encerra o monitoramento epidemiológico de Minas Gerais, evidencia-se que a mitigação do suicídio estudantil demanda estratégias de prevenção que considerem as

vulnerabilidades específicas de cada subgrupo (Brasil, 2019). Os resultados obtidos nas três dimensões avaliadas — as oscilações anuais da série histórica, a concentração de 60,30% das ocorrências em estudantes com idade igual ou inferior a 19 anos e o predomínio de 61,66% de óbitos no sexo masculino — sugerem que o sofrimento psíquico e os desfechos relacionados ao suicídio se distribuem de maneira desigual entre os estudantes. A maior frequência entre adolescentes pode estar associada às intensas transformações emocionais, sociais e acadêmicas características dessa fase do desenvolvimento, enquanto a predominância masculina reforça discussões presentes na literatura acerca da menor procura por suporte emocional e dos padrões socioculturais relacionados à expressão do sofrimento. Nesse sentido, as ações institucionais não devem se pautar por abordagens genéricas, mas por intervenções direcionadas às realidades do ambiente escolar básico e superior. Ademais, ao articular esses dados com as variáveis étnico-raciais, que apontaram maior frequência entre discentes autodeclarados pardos (46,99%) e brancos (42,99%), ressalta-se que tais achados se restringem ao recorte geográfico analisado e acompanham a composição demográfica do estado, não indicando maior propensão causal ou biológica entre grupos raciais nem permitindo generalizações para o cenário nacional.

Em suma, as evidências contidas neste capítulo sinalizam que a superação desse cenário de vulnerabilidade exige que as instituições de ensino transcendam as métricas tradicionais de avaliação pedagógica e assumam a responsabilidade ativa de promover o bem-estar psicossocial no estado (Tavares *et al.*, 2023). A consolidação prática da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Lei nº 13.819/2019) no cotidiano escolar e universitário desponta como o caminho regulatório e humanitário viável para desmistificar o estigma, ampliar as redes de escuta qualificada e, fundamentalmente, preservar as trajetórias e as vidas da juventude estudantil mineira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa identificou o perfil epidemiológico dos óbitos por suicídio entre estudantes em Minas Gerais, totalizando 990 registros entre 2016 e 2025. Os

resultados demonstraram uma acentuada concentração dos casos entre indivíduos com idade igual ou inferior a 19 anos, além de uma predominância de ocorrências no sexo masculino. Esse cenário evidencia a vulnerabilidade do público jovem e revela que o sofrimento mental agudo atinge de forma significativa o ecossistema da educação básica, abrangendo os ensinos fundamental e médio, e não apenas o contexto universitário. Dessa forma, o estudo reforça a necessidade de compreender o ambiente educacional mineiro como um espaço atravessado por fatores psicossociais complexos que impactam diretamente a saúde mental discente.

Adicionalmente, a análise evidenciou limitações relacionadas à subnotificação nos sistemas oficiais de informação, fator que restringe a compreensão integral da magnitude do fenômeno no estado e indica a necessidade de fortalecimento da vigilância epidemiológica. Conclui-se que a prevenção ao suicídio no contexto escolar e universitário exige ações permanentes, integradas e intersetoriais, com foco no acolhimento humanizado, na identificação precoce do sofrimento psíquico e na redução do estigma associado à saúde mental. Espera-se que os achados desta pesquisa contribuam para o fortalecimento das redes de suporte e para a formulação de estratégias de prevenção mais efetivas voltadas à preservação das vidas estudantis em Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

Araujo, Emanuelle Silva; Bicalho, Pedro Paulo Gastalho. Suicídio: crime, pecado, estatística, punição. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 723-734, 2012. Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:z6DZtjuaeFoJ:scholar.google.com/+ARAUJO,+Emanuelle+Silva%3B+BICALHO,+Pedro+Paulo+Gastalho.+Suic%C3%ADdio:+crime,+pecado,+estat%C3%ADstica,+puni%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 11 jun. 2026.

Bertolote, José Manoel. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KqbwDwAAQBAJ>. Acesso em: 11 jun. 2026.

Brasil. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm. Acesso em: 27 maio 2026.

Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006. Institui Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html. Acesso em: 27 maio 2026.

Brasil. Ministério da Saúde. **Panorama dos suicídios e lesões autoprovocadas no Brasil de 2010 a 2021**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos>. Acesso em: 27 maio 2026.

Cecchin, Hareli Fernanda Garcia et al. Risk Factors for Suicidal Ideation in Brazilian University Students: A Mixed Methods Study. **Trends in Psychology**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s43076-024-00402-2>. Acesso em: 27 maio 2026.

Figueiredo, Eluana Borges Leitão de et al. Suicídios em uma universidade pública brasileira: análise documental de ocorrências entre 1990 e 2023. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 52, e295886, 2026. Disponível em: https://revistas.usp.br/ep/pt_BR/article/view/246431. Acesso em: 27 maio 2026.

Gomes, Carlos Fabiano Munir; SILVA, Daniel Augusto da. Aspectos epidemiológicos do comportamento suicida em estudantes universitários. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 5, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3106>. Acesso em: 27 maio 2026.

Joiner, Thomas E. Why people die by suicide. Cambridge: Harvard University Press, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=C7uiA5EB5GAC>. Acesso em: 11 jun. 2026.

Loureiro, Paulo Roberto Amorim; MENDONÇA, Mario Jorge Cardoso de; SACHSIDA, Adolfo. **Os determinantes econômicos do suicídio: um estudo para o Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1374>. Acesso em: 27 maio 2026.

Maia, Yasmin; LIMA, Ana Karla Guedes de Melo. Síndrome de Burnout e Ideação Suicida em Estudantes Universitários: um estudo correlacional. **Revista Coopex**, v. 15, n. 4, p. 6572-6587, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.61223/coopex.v15i4.865>. Acesso em: 27 maio 2026.

Manterola, Carlos et al. Estudios observacionales: los diseños utilizados con mayor frecuencia en investigación clínica. **International Journal of Morphology**, v. 41, n. 1, p. 1-9, 2023. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-95022023000100001. Acesso em: 27 maio 2026.

Minas gerais. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. **Painel Epidemiológico Violência: Óbitos por Suicídio**. Belo Horizonte: SES-MG, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNzA0NmQzYzAtZGI2ZS00NTkzLWFKZTktYTdkMjcYjVhOTU2liwidCI6Ijg3ZTRKYTJiLTgyZGYtNDhmNi05MTU3LTU5YzNjYTYwMGRmMiIsImMiOjR9>. Acesso em: 27 maio 2026.

Oliveira, Bruno Moreira de et al. Mortalidade por suicídio entre adolescentes e jovens brasileiros: análise temporal de 2011 a 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8Jk6X9M6jM8w4VnP9QhJwqz/>. Acesso em: 27 maio 2026.

Pereira, José Carlos. A morte como tabu. **Revista de Teologia e Ciências da Religião**, v. 2, n. 1, p. 25-38, 2012. Disponível em: <https://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/223>. Acesso em: 27 maio 2026.

Rocha, Melyne Serralha et al. Incidência e evitabilidade de eventos adversos no pronto atendimento: estudo retrospectivo. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 36, 2023. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/incidencia-e-evitabilidade-de-eventos-adversos-no-pronto-atendimento-estudo-retrospectivo/>. Acesso em: 27 maio 2026.

Silva, Camila Mazza da; COLUCCI NETO, Victor. O suicídio: uma reflexão sobre medidas preventivas. **Archives of Health Investigation**, v. 9, n. 1, p. 80-86, 2020. Disponível em: <https://archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/4670>. Acesso em: 27 maio 2026.

Sunde, Rosário Martinho et al. Fatores de risco associados ao suicídio em universitários: uma revisão de escopo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 832-852, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/66773>. Acesso em: 27 maio 2026.

Tavares, Amanda Cristina et al. Sofrimento psíquico e comportamento suicida em estudantes universitários brasileiros. **Revista Saúde em Debate**, v. 47, n. 136, p. 215-229, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/5X7nQwYwY8xH4mGf9Yk7bQf/>. Acesso em: 27 maio 2026.

Teixeira, Selena Mesquita de Oliveira; SOUZA, Luana Elayne Cunha; VIANA, Luciana Maria Maia. O suicídio como questão de saúde pública. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 31, n. 3, 2018. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/8761>. Acesso em: 27 maio 2026.

Vedana, Kelly Graziani Giacchero et al. O risco de suicídio entre universitários da área da saúde e os fatores associados. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 21, 2023. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/8749. Acesso em: 27 maio 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Suicide worldwide in 2021: global health estimates**. Geneva: World Health Organization, 2025. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240110069>. Acesso em: 27 maio 2026.